

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT03.012

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA NOS REGIMENTOS ESCOLARES: RIO GRANDE DO NORTE (1910-1920)

Marta Bezerra Rodrigues¹
Maria Inês Sucupira Stamatto²

RESUMO

O trabalho trata da concepção de infância na dimensão da prática pedagógica que se encontra presente nos regimentos escolares elaborados nas duas primeiras décadas do século XX, no Rio Grande do Norte. Objetiva evidenciar as relações de poder presentes na ampliação da educação no Estado, com o intento de preparar o indivíduo para a nova ordem social republicana, conforme demandavam os planos de governos da Primeira República. Para tanto, optamos pela abordagem documental dos Regimento Interno dos Grupos Escolares (1925), Regimento Interno das Escolas Isoladas (1925), Regimento Interno das Escolas Rudimentares (1925), Regulamento da Escola Normal (1922), e da Reforma do Ensino (1917). Para esta investigação recorreremos aos referenciais que evidenciam a concepção de infância como um fenômeno social construído historicamente. No recorte temporal, a instituição escolar é concebida como cenário privilegiado de um conjunto de práticas voltadas para disciplinamento da infância. O presente estudo possibilitou a percepção de que no final do século XIX e início do século XX, a escola recebeu as crian-

- 1 Doutoranda em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. martabdr@gmail.com.
- 2 Doutora Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED-UFRN)

ças de modo a inseri-las num processo educacional vigente e em consonância com os interesses do Estado, ordenados por meio da criação de instrumentos de controle tais como leis, regimentos escolares e práticas discursivas.

Palavras-chave: Infância, Regimentos escolares, Prática pedagógica, República, História da Educação.

INTRODUÇÃO

No final do século XIX e início do século XX, o movimento a favor da infância pobre no Brasil redundou no desenvolvimento de políticas que envolviam a criação de um aparato jurídico-assistencial sob a liderança do Estado, por meio da criação de leis e instituições destinadas à proteção e assistência à infância. Entretanto, a análise do movimento demonstrou ter produzido certo distanciamento das crianças pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade brasileira em relação ao acesso à educação de qualidade, como também, o exercício da cidadania plena. As políticas então idealizadas e praticadas mostraram-se deficitárias quanto à inclusão social, sendo a educação praticada e voltada para a submissão, mantendo-se a renda e os privilégios nas mãos de uma minoria até os dias de hoje, conforme Rizzini (2006). No final da década de 1920, em relação ao discurso médico, o qual teve um grande destaque devido à campanha pela higienização, apresentava-se sob a forma de regras para as mães, tendo os médicos Carlos Artur Moncorvo Filho (1871-1944) e Renato Ferraz Kehl (1889-1974) como autores de grande expressão nesse momento. O primeiro médico, Moncorvo Filho foi considerado o protetor da infância, denunciando também a prática do aborto e do infanticídio, além de ser o fundador do IPAI (Instituto de Proteção e Assistência à Infância), fundado em 1889, na cidade do Rio de Janeiro, a criação do instituto serviu como modelo para criação de outras instituições que se espalhavam pelo país, com o foco voltado para a infância, defendendo iniciativas voltadas a assistir e proteger a infância pobre de modo alternativo ao modelo de asilo, como comenta Gondra (2002). Quanto ao segundo, o médico Renato Kehl foi o responsável pela fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, no ano de 1918. E, em 1931 criou a Comissão Central Brasileira de Eugenia. Kehl atuou na divulgação da eugenia e nos princípios da educação higiênica. E defendia que a campanha eugênica deveria ser um dos pilares da imprensa nacional:

Cumpra-lhe fazer ecoar por este grandioso Brasil as vozes que na Europa e América já foram ouvidas; cumpra-lhe, como disse Roosevelt, 'dar combate ao assassinato da raça'. Saneiem-se os focos epidêmicos, debelem-se as endemias que assolam a nossa pátria de norte a sul, façamos repercutir as ideias eugênicas de Galton, multipliquem-se os cultores da ciência do bem geral, dessa grandiosa edificação protetora das raças do futuro. Sirva-nos de incentivo a propaganda eugênica dos Estados Unidos, façamos conhecidos os trabalhos dos ilustres cientistas alemães, Plotz e Gruber; elevemos os méritos da eugenia; pratiquemos as suas regras para o revigoramento da população brasileira. (...) Prossigamos, pois, na cruzada encetada, divulguemos os princípios eugênicos, e os veremos triunfar. (KEHL,1919, p.78-79).

O excerto desta conferência que destacamos, foi publicada integralmente no *jornal do Comércio*, repercutindo amplamente em uma época em que o Brasil estava passando por um momento em que as ideias nacionalistas atravessavam o país.

Voltar nossa investigação para a infância significa, antes de tudo, respondermos à premente questão: o que é a infância? No levantamento conceitual, deparamos com tantos estudos a esse respeito, quanto sugere a temática. Dessa maneira, partimos da obra já clássica de Ariès (2006) a qual utiliza o termo “criança” e afirma que a construção conceitual tem evoluído conforme as percepções sociais, através dos séculos, oscilando entre polos em que a criança era considerada ora um “bibelô”, ora um “adulto miniatura”. Para o autor, a “aparição da infância” se dá com o conhecimento, a partir do século XVI e XVII na Europa, quando, com a ascensão do Mercantilismo, altera-se o sentimento e relações frente à infância. Esta modificação no modo de pensar reflete a própria estrutura social da época. É o tempo em que circulam as ideias que dão surgimento da Pedagogia Moderna, com a *Didática Magna* (1949; 2011), escrita no século XVII por João Amós Comenius, que propõe um modelo pedagógico e universal de “como ensinar tudo a todos” e do *Emílio*, de Jean-Jacques Rousseau, publicado em 19762, onde o personagem dá vida à proposta pedagógica para o molde do homem natural, e, com isso protegê-lo dos

vícios da sociedade; época em que as reformas protestantes e católica propiciam o surgimento dos primeiros colégios para meninos.

As ideias de Charlot (2000), por sua vez, auxiliam na compreensão da infância de forma histórica, ideológica e cultural. Explicita que a dependência da criança em relação ao adulto é fato social. A visão da infância tem se construído social e historicamente. A inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização da sociedade, no tempo e no espaço. A infância é um período vivido por um sujeito real que é a criança. Considerar o sujeito (criança) como um ser social quer dizer considerá-la como um elemento que está inserido num contexto social, histórico, político e econômico. É-nos possível perceber nas inferências acima concordância com o pensamento de Comenius (2011) que ao considerar esta gradação etária como o tempo propício para moldar a formação moral do homem, utiliza-se largamente de elementos simbólicos para reforçar seu pensamento como, por exemplo, a natureza de todas as coisas que nascem é tal que se moldam quando ainda estão tenras, ao passo que, endurecidas, recusam-se a obedecer. A cera, quando está mole, pode ser plasmada e replasmada; endurecida, quebrar-se-ia. (COMENIUS, 2011, p. 78).

Segundo Freitas e Kuhlmann Júnior (2002), a proteção à infância é o motor que a partir do final do século XIX impulsiona em todo o mundo ocidental a criação de uma série de associações e instituições para cuidar da criança, sob diferentes aspectos: da sua saúde e sobrevivência. Nesse processo, distribuem-se competências e atribuições do Estado e da sociedade.

A saúde e a educação entrelaçam-se nas propostas, o que as tornou mutuamente subordinadas, sendo o método Montessori amplamente defendido, principalmente por conciliar aspectos higiênicos e psicológicos para a observação das crianças descobrindo a infância que necessitava ser preservada como sujeito principal da reconstrução do país. O discurso adotado pelos reformadores sociais interessados na “salvação da criança” era respaldado em amplo debate internacional sobre o movimento de reforma educacional numa abordagem ampla.

Todos se dedicaram ao mesmo projeto: “o de preparar a infância brasileira para a reconstrução e regeneração do projeto republicano burguês, em crise.” Esse foi o pensamento da época. No Brasil, os traços deste tipo de proposta de educação compensatória, corporificada na defesa da criança e da sociedade, são claramente perceptíveis a partir dos primeiros anos do século XX. De acordo com Rizzini (2006) a infância pobre foi nitidamente criminalizada, o termo menor foi sendo popularizado e incorporado na linguagem comum, portanto este movimento em prol da infância foi uma tendência que se delineou com base também em outros interesses, como para disciplinar corpos e mentes na relação que liga as formas sociais, política, econômicas e psicológicas, fazendo com que as mudanças de uma influenciem as outras.

A infância revela-se como um problema social, o significado social da infância circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação. Esse ideal era descrito como o de transformar o Brasil numa nação culta, moderna e civilizada.

Nesse contexto são concebidas as práticas discursivas e institucionais que constituíram a infância como objeto de intervenção higiênica e disciplinar. Fazendo-se uma análise nas primeiras décadas do século XX, período em que o Brasil busca-se legitimar enquanto saber pedagógico do tipo novo, moderno, experimental e científico, configura-se duas modalidades da infância como objeto de intervenção disciplinar.

Rizzini (2006) aborda duas metáforas da disciplina – a metáfora da disciplina como ortopedia e disciplina como eficiência. Na metáfora da disciplina como ortopedia das práticas discursivas do final do século XIX até a década de 1920, as práticas discursivas buscaram sua legitimação enquanto pedagogia moderna, científica ou experimental.

Nesse período caracterizava-se a implantação de práticas tidas como científicas no campo da Pedagogia em 1914, com a instalação do Laboratório de Pedagogia Experimental, no Gabinete de Psicologia e Antropologia anexo à Escola Normal Secundária de São Paulo.

O resultado que se esperava obter no Laboratório era uma Carteira Biográfica Escolar, a carteira deveria ser generalizada a todos os grupos escolares. É enquanto objeto cultural dessas práticas e pressupostos que a Carteira Biográfica Escolar é pensada como dispositivo de produção de um conhecimento sobre o aluno. Mas do que isto é um dispositivo de produção da individualidade das medidas e dos dados de observação constituídos como índices de normalidade, anormalidade ou degenerescência.

Segundo Thompson (1987), os dois ramos da pedagogia científica, uma a pedagogia anormal ou corretiva e a outra pedagogia normal indiciam o campo em que se inscreviam as práticas que visavam o conhecimento do indivíduo, que significava enquadrar o indivíduo no tipo e ler nos corpos sinais que uma ciência determinista constituía como índices de normalidades, anormalidades ou degeneração.

Era classificar o tipo segundo divisões inscritas na natureza, que repartiam e hierarquizavam a humanidade. A partir de 1920, começa uma mutação no discurso pedagógico. Uma ideia otimista na natureza infantil e na educabilidade da criança insinua-se como o enunciado principal a regular as articulações discursivas. Nesse período as teorias racistas que antes constituíam a linguagem pela qual era formulada a questão nacional passam a ser teorias relativizadas por uma nova crença de que a saúde e a educação eram fatores capazes de operar a regeneração das populações brasileiras, principalmente por que saúde e educação se apresentavam como questões indissociáveis.

No campo da saúde firma-se a convicção de que medidas de políticas sanitárias seriam ineficazes se não abrangessem a introdução de hábitos higiênicos por meio da educação. No movimento educacional, a saúde é dos pilares da grande campanha de regeneração nacional pela educação. A educação integral (saúde, moral e trabalho) era uma das respostas políticas ensaiadas por setores das intelectualidades brasileiras na redefinição dos esquemas de dominação vigente. Tratava-se de estruturar dispositivos modernos de disciplinarização social, que viabilizassem o que era pro-

posto como progresso. Nesse projeto, a educação era valorizada enquanto dispositivo capaz de garantir a ordem sem necessidade do emprego da força e de medidas restritivas ou supressivas da liberdade, e a disciplina consciente e voluntária. Com a disseminação da chamada pedagogia de escola nova o papel disciplinador da educação no Brasil ganha novos contornos.

Rizzini (2006) conclui afirmando que nas representações que o articulam a natureza infantil é matéria plástica e plasmável. E que, disciplinar significa moldar com sua plasticidade da natureza infantil, com sua adaptabilidade e capacidade natural de ajustar fins posto pela sociedade.

Nesse período, 1920, a tarefa que deveria incumbir a escola primária, no contexto da reforma que redefiniu o eixo da política sanitária paulista era modelar a natureza infantil pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias. A instituição escolar é concebida como cenário privilegiado de um conjunto de práticas voltadas para o disciplinamento da infância, a escola vem sendo chamada a oferecer sua colaboração para o sucesso de campanhas que visam ao combate de endemias e epidemias e com meio de difusão de meios de prevenção e preservação da saúde. As campanhas eram pautadas em representações sobre a saúde, a doença, a infância e no poder modelador da educação e da escola.

A criação do Instituto de Hygiene, atual Faculdade de São Paulo, visando o ensino científico da higiene e a preparação de técnicos para o provimento dos cargos de saúde pública, o Instituto foi oficializado em 1924, pela Lei nº 2.018. No período de 1922 - 1927 essa instituição passou a assumir um lugar de destaque na política sanitária estadual, participando da produção de um discurso científico sobre as questões urbanas e de estratégias de intervenção que tem como objetivo a formação da consciência sanitária.

Nesse momento, em que o discurso higienista passa a se articular em torno do binômio educação e saúde, a obediência do indivíduo aos ditames da higiene configura-se como a fórmula que se apresenta aos

espíritos daqueles que observam e investigam os problemas gerados pelo crescimento das cidades e pelas condutas desregradas da população. O contraste entre a infância e a idade adulta, por meio do qual a idade adulta é representada pelo progressivo enrijecimento, em contraposição à plasticidade infantil. As novas feições que se pretendia dar à educação sanitária tinham por base a afirmação do primado da psicologia na discussão das questões pedagógicas. Distinguindo a pedagogia do bom senso e procurando conferir-lhe caráter de cientificidade, o autor invoca a psicologia como ciência capaz de ensinar sobre a natureza da criança. É com base nessa ciência da natureza infantil que o médico e professor Antônio Ferreira de Almeida Júnior (1892-1971), se propõe a traçar um programa para o ensino da higiene na escola primária, cujos meios educativos favorecessem a tarefa de formação da consciência sanitária. A sua atuação na área educacional foram intensas voltadas para os programas de formação de professores voltados para o conhecimento com princípios higiênicos articulados com a representação de infância e o papel da escola na inculcação e divulgação de hábitos saudáveis.

Materializando-se em lugar da saúde, a escola, aberta à luz do sol e ao ar, limpa, espaçosa, ordenada e clara, exercia por si só uma poderosa sugestão higiênica sobre as crianças. Essas práticas, cujos poder educativo não se reduzia ao âmbito da escola, na medida em que procuravam atingir as crianças e suas famílias, ensinando-lhes um modo de vida civilizado e purificando-lhes das condenáveis práticas que, nas representações dos médicos - higienistas caracterizam o seu cotidiano. Selecionando, classificando, ordenando e exibindo práticas exemplares forjadas a par da ação eficaz da escola sobre a infância. A revista dos alunos, a inspeção do espaço escolar, a vigilância sobre a conduta, a exibição dos índices de normalidade, o inquérito sobre a vida doméstica, o ensino dos porquês.

Enfim, expor, exhibir, demonstrar, tornando visíveis os poderes da ciência na transformação do modo de vida da população. Convocar por essa via, à adesão de novos valores, ensinando uma nova moral e uma nova forma de viver a vida, pela participação ativa nos rituais da saúde. Estes

foram alguns dos aspectos centrais da cruzada pela saúde, educação e civilidade que marcariam as práticas gestadas no âmbito do Instituto de Hygiene. Neste sentido, educação e saúde figuraram como elementos indissociáveis na configuração de um programa de moralização que tinha, como um dos seus mais importantes pilares, a higienização da população.

O período das primeiras décadas do Brasil republicano ficou marcado por movimentos cruzados da educação e da escolarização, como projeção e construção políticas, cumplicidade, identidades, territorialidades. Foi um período em que a parte mais significativa das tradições, das culturas e representações foram postas em questão em relação à educação, sendo a cultura escolar interpretada como um meio e um fator de tecnológico e de saberes, de projetos políticos educativos. Punham em circulação ideias de um modelo definitivo de institucionalização da nova realidade: o das escolas seriadas. Os grupos escolares apresentados como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, projetavam um futuro, em que na República, e o povo, reconhecido com a nação, plasmava uma pátria ordeira e progressista (MOREIRA, 1997; FARIA FILHO, 2000).

A partir de então, o novo regime consolida os processos, representações e práticas próprias do mundo moderno, começam a se impor para além do imaginário das elites republicanas brasileiras. A trajetória da organização social, moderna distingue-se, por sua vez do chamado mundo da tradição, incidindo, sobre processos e representações das práticas sociais. A instrução pública fez parte desse processo voltado, sobretudo, para formação do homem novo, moderno, através de uma organização escolar, renovadora, instruidora de novos fins postos por uma sociedade em modernização (NUNES, 1984 e 1992).

METODOLOGIA

O trabalho se desenvolveu através de análise histórica de fontes bibliográficas e documentais tais como: leis, regimentos, regulamentos, tendo

como referencial teórico, a análise da história cultural, com a teoria materialista do discurso que engloba o materialismo, a linguística e o discurso que estão atravessadas pela teoria da subjetividade.

Respaldamos teórico e metodologicamente em Ariés (2006), Rizzini (2006), Freitas (2002), dentre outros.

Para a abordagem dos referidos documentos, são adequadas as considerações de Le Goff (2008) sobre a pesquisa documental que revelam a condição *sine qua non* para historiografia e, no nosso caso, para o campo da História da Educação, uma vez que os testemunhos do passado educacional norte-rio-grandense são, neste trabalho a prova de:

[...] um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa". (LE GOFF, 2008. p. 535-536).

O intuito da pesquisa é aglutinar aos estudos que visam compreender a concepção de infância que perpassa os regimentos internos escolares nas primeiras décadas do Brasil republicano.

Abordamos através das fontes o contexto histórico da infância no Brasil, particularizado nas concepções sobre infância e as práticas educativas descritas nos regimentos escolares no Rio Grande do Norte, quais sejam: o Regimento Interno das Escolas Rudimentares, de 03 de abril de 1925; o Regimento Interno das Escolas Isoladas, 18 de abril de 1925; o Regimento Interno dos Grupos Escolares, 15 de maio de 1925. Indissociáveis destes documentos, ressaltamos a importância da Legislação da Reforma de Ensino, de 29 de novembro de 1916, elaborada no Governo de Joaquim Ferreira Chaves; como o também Regulamento da Escola Normal, Decreto nº 161, de 07 de janeiro de 1922, sob o Governo de José Augusto Bezerra de Medeiros.

Nesse contexto, objetivando compreender a concepção de infância presente nos regimentos dos grupos escolares, é possível identificar no capítulo I, artigo 10 da Lei n 405, datada de 1916, que:

Nos grupos escolares dar-se-á a instrução infantil e elemental, de acordo com os programmas annexos, sem preferência de uma sobre as outras matérias; as lições serão, sobretudo, práticas e concretas; os professores os encaminharão de modo que as faculdades do aluno sejam incitadas a um desenvolvimento gradual e harmônico, cumprindo ter em vista o desenvolvimento da faculdade de observação, empregando-se para isto processos intuitivos (art. 42 da Lei 405 de 1916) (RIO GRANDE DO NORTE, 1925, p. 8).

Os anos iniciais de edificação do regime republicano do Brasil foram marcados pela necessidade de incorporar a população à nova ordem que se pretendia instaurar e de preparar e integrar os trabalhadores livres ao mercado de trabalho (FARIA FILHO, 1996). Era preciso, na perspectiva dos republicanos, superar a situação do atraso em que se encontrava o país Brasil. A preocupação em civilizar a população tendo, para isso, a educação como instrumento, e em construir uma identidade nacional não são prerrogativas do regime republicano. Carlota Boto (1999) esclarece que, desde o Império, mais precisamente, desde as discussões relativas à Constituinte de 1823, a instrução popular já era concebida como um canal de habilitação dos homens para a cidadania. Uma das principais mudanças que os republicanos pretendiam implementar era o ensino leigo e a reforma total do modelo escolar imperial.

Rosa Souza (1998) afirma, ao analisar o caso de São Paulo, que a intenção era construir uma instituição educacional genuinamente republicana, comprometida com os ideais de progresso, moral e civismo da República. Em outras palavras, objetivava-se criar um modelo escolar que pudesse substituir as cadeiras públicas de ensino que, de acordo com um discurso mais geral, eram atrasadas, ineficientes, desorganizadas. Ao substituí-las, uma importante parte do passado imperial estaria, na perspectiva dos republicanos, sendo superada e o país estaria mais próximo do progresso e da modernidade pretendidos.

É nesse cenário que se percebe a implantação de leis, decretos e regimentos escolares caracterizando como ideal de escola pública e implantados nos grupos escolares por um conjunto de inovações peda-

gógicas como seriação e distribuição dos (as) alunos (as) em classes, por graus de conhecimento no sentido de obter turmas o mais homogêneas possível, os regimentos escolares estão relacionadas à produção de uma nova representação de cultura escolar (FARIA FILHO, 1998). Sua elaboração, que também é produto de discussões a respeito da educação que já estavam em curso desde o Império, foi influenciada pela renovação do ensino ocorrida em outros países como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e França.

O processo de produção de uma nova organização do ensino foi sendo configurado em íntima vinculação com a maneira de organização do sistema educacional primário anterior, isto é, com as cadeiras isoladas de instrução elementar. Essa relação, pondera Luciano Faria Filho (1998), foi marcada por uma lógica dicotômica, pautada pela ideia de que a educação primária passou de um estágio de atraso para um lugar de progresso, de uma situação de precariedade e desordem para uma fase em que imperava a modernidade e a racionalidade. Nesse sentido, é importante ressaltar, segundo Faria Filho (1998), que o processo de racionalização e modernização a partir do qual os grupos escolares foram fabricados, mantém profundas relações com o desenvolvimento da urbanização da sociedade. Nessa perspectiva, passaram a ser definida como a instituição primária por excelência no cenário republicano, uma instituição coesa, orgânica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim, no Rio Grande do Norte, da primeira metade do século XX, sob o domínio da chamada oligarquia *Pedrovelhista* ou o domínio da oligarquia Maranhão no Estado, especialmente no final do governo do Dr. Antonio José de Melo e Souza (23/02/1907 a 25/03/1908) as representações de reformulação da instrução públicas começaram a ser esboçadas e materializadas através da autorização de 22 de novembro de 1907: “É o governo auctorizado a reformar a instrução publica, dando especialmente

ao ensino primário moldes mais amplos e garantidores da sua proficiência”, (ATOS LEGISLATIVOS, 1907). Esta autorização é regulamentada pelo decreto nº 178, de abril de 1908, discriminando um programa de organização do ensino, iniciando com a construção de grupos escolares. A construção dos grupos escolares estava incluída na ordem das atividades esboçadas pelas elites dirigentes potiguares.

A década de 1920 desponta como o principal cenário de implementação de ideias pedagógicas, sendo a escola um importante difusor de um modo de vida considerado civilizado. Com isso sintonizava-se o Brasil com as mais recentes inovações no que se refere ao ensino primário e, por consequência, no Rio Grande do Norte as inovações no campo da sociedade norte-rio-grandense não se davam de modo isolado, e era parte do movimento de modernização dos anos iniciais do período republicano que se ampliava a diversos setores sociais, dentre estes urbanização, saúde, educação comércio e indústria. Estas inovações refletiam-se ainda na literatura, na política e nos movimentos sociais.

No campo pedagógico, podemos perceber que ao longo das décadas de 1910 e 1920, Nestor dos Santos Lima traduz no discurso a formulação completa dos princípios modernizantes do conjunto de saberes da época que aparecem na Reforma da Instrução de 1908. Neste âmbito, a modernidade se encontra vinculada a ótica de adequação prática das instâncias de produção de discurso que interpola em torno de um mesmo eixo a dupla dimensão dos diferentes aspectos didático-pedagógico e político-educacional, na sua própria condição de produção durante as décadas de 1910 a 1920 (MENEZES, 2009).

Em consonância com a concepção de infância construída ao longo do século XIX, o Regimento Interno dos Grupos Escolares (1908) evidencia particularidades do trabalho pedagógico destinado à criança. Expressam aspectos vigentes no âmbito da psicologia escolar, as quais irão incidir sobre os métodos e processos de ensino na escola elementar. A exemplo, apresentamos o seguinte excerto do documento em análise:

Art. 10 – Nos grupos escolares dar-se-á a instrução infantil e elementar, de acordo com os programmas annexos, sem preferência de uma sobre as outras matérias; as lições serão, sobretudo, práticas e concretas; os professores os encaminharão de modo que as faculdades do aluno sejam incitadas a um desenvolvimento gradual e harmônico, cumprindo ter em vista o desenvolvimento da faculdade de observação, empregando-se para isto processos intuitivos (art. 42 da Lei 405 de 1916). (RIO GRANDE DO NORTE, 1925, p. 8).

Considera-se que a concepção de infância que perpassa os regimentos internos das escolas elementares no Rio Grande do Norte, destinavam à escolarização da infância potiguar, assumem os matizes provenientes do ideário moderno instaurado ao longo dos séculos XVIII e XIX. Além disso, havia a preocupação em ensinar uma nova moral, por meio de preceitos higiênicos, como também civilizar para construir a sociedade republicana, uma nação ordeira e voltada para o progresso material e intelectual.

Nesse mesmo período, o tema infância situava-se cada vez mais no campo de especialistas passando a ser valorizado pelos saberes científicos e psicológicos. Sendo assim, a escola passou a se institucionalizar, progressivamente, e começou a ser vista como instituição civilizatória, com intenso destaque para a disseminação dos saberes científicos sobre a criança, tomando para si, cada vez mais, a responsabilidade de tratar do assunto infância por parte dos educadores e profissionais especialistas da educação.

Os discursos de tais profissionais, bem como de alguns médicos da época, afirmaram ser da responsabilidade da escola neutralizar os males e perversões causadas pelos pais. A escola seria, então, uma instituição de eugenia psíquica, conforme as palavras de Magaldi (2002), cujo objetivo seria formar homens normais, com hábitos bons e saudáveis acompanhados de um projeto de educação moral para a formação de “brasileiros úteis ao seu país”. Os intelectuais da época partiram em busca de respostas para os problemas que se apresentavam na sociedade, devendo preservar a infância – Esse processo se estende por todo o país, com o lema “*Cuidemos da infância de nossa pátria*”. (KUHLMANN JR, 2000, p.477).

Pela própria atribuição daquilo que era cabível aos Estados, o Rio Grande do Norte procurou reorganizar a instrução pública, especialmente no tocante ao ensino primário. Pesquisas realizadas acerca da realidade de outros Estados Brasileiros confirmam que, num período próximo ao ocorrido em nosso Estado – no final do século XIX e nas décadas iniciais do XX, – a preocupação com o ensino primário e a escolarização da infância esteve na pauta dos debates dos seus dirigentes.

Os Regimentos Escolares têm grande utilidade, como fonte, para estudos realizados na história da educação. Nesse contexto, é necessário entendê-los como um ordenamento regulador da ordem nas novas práticas educacionais, isso significa compreendê-los na perspectiva de certa lógica de funcionamento. Uma das ações empreendidas, neste trabalho, é analisar nesses regimentos na perspectiva das propostas contidas nos regimentos do grupo escolar, escolas isoladas e escolas rudimentares, sob a ótica de três eixos: didático, disciplinar e higiênicos presentes nos regimentos escolares.

Ao longo da pesquisa, procurou-se destacar as práticas escolares, dispositivos escolares que possuísem relação direta ou indireta com a seleção de alunos e alunas, organização das turmas, as práticas do cotidiano escolar e os rituais comemorativos nos Regimentos Escolares da Escola Primária, evidenciando assim a obtenção, a partir das relações de poder com o processo de disciplina, controle e sujeitos escolares que se estabelecem no interior das configurações institucionais produzidas e colocadas em funcionamento no contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contribuir para a reconstituição de parte da história da educação primária do Rio Grande do Norte, tendo como fonte de pesquisa os Regimentos dos Grupos Escolares, Escolas Rudimentares e Escolas Isoladas, todos do ano de 1925, escrito pelo Professor Nestor dos Santos Lima, o intelectual norte-rio-grandense que atuou e contribuiu para a educação

do Estado no período republicano. Esse educador que atuou na educação do Rio Grande do Norte, tínhamos durante a pesquisa acesso as fontes, sejam escritos do próprio educador, jornais, revistas, imagens, e trabalho de outros pesquisadores que nos contavam sua história.

Esses documentos revelam os parâmetros administrativos que estavam presentes na formação do Departamento de Educação, traduzindo a perspectiva de educação completa no contexto dos documentos normativos além de apresentar uma estrutura que envolve a organização administrativa e a padronização do ensino em diferentes modalidades da escola.

A modernidade demarca a concepção pedagógico-educacional de Nestor Lima e a expectativa da “educação integral” destacando o quadro histórico da época. Tal percepção corresponde aos contextos que estão associados à história da educação em paralelo à produção das suas práticas referenciais. Desse modo, a compreensão de uma “educação completa” é concebida sob a ótica da formação física, intelectual e moral do indivíduo, desdobrando-se na dimensão didático-pedagógica para uma configuração político-educacional, consolidando as diferentes matrizes numa mesma unidade.

No entanto, ao apresentar e discutir a concepção de infância presente nos regimentos, reconhecendo que a pedagogia e os estabelecimentos de educação infantil e o funcionamento das práticas escolares, procurou-se empregar a lógica disciplinar que é operacionalizada, destacando algumas *estratégias e efeitos* a partir dos quais o disciplinamento dos corpos é “produzido” e “naturalizado”. Nesse sentido, nas análises que o que fazemos e somos não está previamente definido e que, por isso, é possível problematizarmos nossa constituição, quanto sujeito.

Nessa perspectiva, ao discutir a educação infantil e regimentos escolares procurou-se compreender que tais estabelecimentos e legislação, nas primeiras décadas do período republicano, enquanto espaços pedagógicos, formadores, disciplinadores e educadores, implicados no “sequestro” dos corpos, dos tempos, e espaço dos indivíduos. Nesse sen-

tido, foram ressaltadas relações que se estabeleceram entre sociedade, criança e adulto, a partir de suas atribuições, suas histórias, seus discursos e condições de existências. Desse modo, vê-se que tais regimentos, dentro das escolas primárias, foram postos em funcionamento no intuito de ordenar e regular as massas populacionais, permitindo a produção dos saberes sobre os indivíduos, classificação, a diferenciação e disciplinarização deles. Desse modo é importante ficar atento a práticas escolares na Educação Infantil, questionando a respeito de como elas funcionam e formam sujeitos de uma determinada época. Talvez, seja o momento oportuno de nos perguntarmos a respeito do que estamos fazendo de nós mesmos, o que estamos fazendo com nossas crianças e de, e qual a contribuição que está sendo dada para a produção de suas subjetividades na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **A História Social da infância e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

COMENIUS. **Didática Magna**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 4.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Coleção Tudo é História, n. 117).

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FARIA FILHO, Luciano. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FARIA FILHO, Luciano. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **História social da infância**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMAMM JR., Moysés. (Org.). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

GONDRA, J. G. – Medicina, higiene e educação escolar. In: FARIA FILHO, L. M. de (Org.) **500 anos de educação no Brasil**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, P. 519 – 550.

KEHL, Renato. Conferência de Propaganda eugênica. In: **Annaes de Eugenia**. São Paulo: Editora da Revista do Brasil, 1919.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

MENEZES, Antonio Basílio Novaes Thomaz de. **Nestor dos Santos Lima e a modernidade educacional: uma história do discurso**. Natal: EDUFRRN, 2009.

MOREIRA, Keila Cruz. **Grupos escolares: modelo cultural de organização (superior) da instrução primária (Natal, 1908 – 1913)**. 1997. 60f. Monografia (Especialização em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.

NUNES, Clarisse. **História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos**. *Teoria & educação*, n.6, 1992.

RIO GRANDE DO NORTE. **Atos Legislativos e Decretos do Governo (1909-1920)**. Natal: Tipografia de A República, 1920.

RIZZINI, Carlos. **Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: USU, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

THOMPSON, Paul. **A vos do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.